

SUMÁRIO

MISSÃO E OBJETIVOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS	7
EDITORIAL RT 1059	9

DOCTRINA

.....

ADMINISTRATIVO

A implantação de programas de integridade pelas empresas contratadas pela Administração Pública: uma análise a partir do desenvolvimento sustentável e do dever fundamental de zelar pelo patrimônio público

The implementation of integrity programs by companies contracted by the Public Administration: an analysis based on sustainable development and the fundamental duty to safeguard public assets

RODRIGO SANTOS NEVES e ADRIANO SANT'ANA PEDRA..... 19

AMBIENTAL

Desastres climáticos e o direito processual dos desastres

Climate disasters and the disaster procedural law

DÉLTON WINTER DE CARVALHO e HERMES ZANETI JR..... 43

CONSTITUCIONAL

Instituições, democracia e *fake news*

Institutions, democracy and fake news

CLÊMERTON MERLIN CLÈVE, BRUNO MENESES LORENZETTO e DANIELA URTADO..... 65

CIVIL

A real função do estipulante no contrato de seguro de vida em grupo

The real role of the policy owner in the group life insurance contract

DOUGLAS BELANDA..... 91

CULTURA JURÍDICA

O papel do direito estrangeiro na cultura jurídica brasileira

The role of foreign law in Brazilian legal culture

LUIZA PETERSEN e RAPHAEL PETERSEN 115

LGPD

- Tributação isonômica e relativização da privacidade patrimonial: balizamentos da Lei 13.709/2018 ("LGPD") e sigilo fiscal flexível
Isonomic taxation and relativization of patrimonial privacy: guidelines of Law 13,709/2018 ("LGPD") and flexible fiscal confidentiality
SÉRGIO ASSONI FILHO..... 135

PENAL

- Limites econômicos dos acordos de colaboração premiada
Economic limits of cooperation agreements
MARIANE DE MATOS AQUINO 157

SOLUÇÃO DE CONFLITOS

- Negociação e outros meios adequados de solução de conflitos
Negotiation and alternative means of appropriate dispute resolution
FRANCISCO JOSÉ CAHALI e MAYARA ODDONE VOLPE FULLER 179

TEORIA DO DIREITO

- A prudência como parâmetro de concretização da norma jurídica na teoria estruturante do direito
Prudence as a parameter for concretizing the legal norm in the structuring theory of law
ANTONIO JORGE PEREIRA JÚNIOR, RAFAEL RIBEIRO RAYOL e ANDRÉ CLARK NUNES CAVALCANTE 203

TRABALHISTA

- A recepção da Convenção 190 da OIT sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho no direito interno brasileiro e a perspectiva do preenchimento das lacunas jurídicas atuais
The reception of ILO Convention 190 on the elimination of violence and harassment in the world of work in Brazilian domestic law and the perspective of filling current legal gaps
JAHYR-PHILIPPE BICHARA 219

TRIBUTÁRIO

- A tributação dos contratos *Turn Key*: aspectos polêmicos acerca da incidência de ISS e ICMS nos projetos de empreitada global
Taxation of Turn-Key contracts: controversial aspects about the incidence of ISS and ICMS taxes in full-job contracting
AGNON ERICON CAVAEIRO 239

NOTAS

- STF declara constitucional execução extrajudicial de garantia por bancos à luz do devido processo legal e do contraditório eventual
Brazilian Supreme Court declares the constitutionality of the extrajudicial execution of guarantees by banks in light of the due process clause
 PAULO IOTTI e JOSÉ LUIZ RAGAZZI 257
- "Da prescrição e da decadência": estudo comparado de direito romano e direito moderno
"Prescription and peremption": a comparative study of Roman and modern law
 EDUARDO C. SILVEIRA MARCHI 269

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- É constitucional o cômputo de todas as parcelas que integram o preço do serviço de hotelaria na base de cálculo do ISS.
 ANSELMO ZILET ABREU 279
- É ilegítimo o exercício do direito de ação quando desvirtuado de sua finalidade original, especialmente quando utilizado para coagir a imprensa ou dificultar o direito de defesa dos réus.
 LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR e LEONARDO BRANDÃO ROCHA 288

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Guarda municipal não exerce atividade de segurança pública com a mesma amplitude equiparada à polícia militar ou civil.
 HUGO LEONARDO RODRIGUES SANTOS 303
- O credor pode escolher se exige obrigações ambientais do proprietário ou possuidor atual, dos anteriores, ou de todos eles.
 MARIANA BARBOSA CIRNE e MICHELINE MENDONÇA NEIVA 319

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- Normas estaduais que exigem licenciamento ambiental para instalação de torres de telefonia são inconstitucionais por violarem competência privativa da União..... 363
- O sequestro de verbas públicas para pagamento de precatórios deve se restringir ao rol taxativo enumerado na Constituição Federal 380

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Defesa técnica prevalece em conflito de vontades entre réu e defensor quanto à interposição de recurso excepcional 385

<ul style="list-style-type: none"> • O comerciante não pode ser responsabilizado pelas compras feitas com um cartão extraviado, furtado ou fraudado se não há provas de que o lojista teria envolvimento na fraude..... 	395
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	
<ul style="list-style-type: none"> • Dormir ao volante não exclui a responsabilidade empresarial por morte de motorista em acidente de trânsito em viagem noturna e em rodovia perigosa no desempenho das atividades laborais..... 	409
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO	
<ul style="list-style-type: none"> • Atividade administrativa e burocrática exercida em hospital em que o trabalhador não se expõe a agentes nocivos biológicos não é enquadrada como especial..... 	421
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	
<ul style="list-style-type: none"> • O óbito extingue automaticamente o usufruto, sem necessidade de ação judicial para cancelamento, mas o falecimento do usufrutuário não transmite o direito a outra pessoa, apenas seu cancelamento..... 	425
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	
<ul style="list-style-type: none"> • Reformulada decisão que não reconhecia a má-fé da instituição financeira no caso de descontos indevidos, dobrando os valores a serem ressarcidos ao lesado..... 	431
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA	
<ul style="list-style-type: none"> • Palavra da vítima corroborada pelas testemunhas e mídias dos autos tem relevante valor probatório para caracterização do crime de tortura..... 	435
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	
<ul style="list-style-type: none"> • Réus são condenados por peculato e exercício ilegal da medicina por desviarem dinheiro público ao comporem sociedade prestadora de serviços médicos para o município, falsificando documentos comprovadores da profissão 	439
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	
<ul style="list-style-type: none"> • Índice de Temas..... 	445
<ul style="list-style-type: none"> • Índice de Autores 	449
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA.....	451